

CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO (2013-2023)

Andrea Soares Wu¹

Cíntia Régia Rodrigues²

Priscila Regina Dallabona Meneghelli³

Letícia Stiehler Machado⁴

Andressa Giacomozzi⁵

Resumo: A pergunta que direciona esse artigo é: de que maneira o conceito de interseccionalidade é mobilizado nos artigos da área da Educação? O objetivo deste artigo é realizar um estado do conhecimento sobre interseccionalidade na Educação, percebendo na produção científica encontrada, as relações de gênero, raça, classe social e deficiências através do conceito de interseccionalidade. A metodologia utilizada é de estado de conhecimento (Morosini, Fernandes, 2014). O levantamento das 16 produções foi realizado na base de dados Scielo. A discussão teórica está alicerçada nas obras de Kimberlé Crenshaw (2014), Patrícia Collins e Sirma Bilge (2016), Carla Akotirene (2018). Os resultados apontam que é necessária uma abordagem interseccional na Educação para a garantia dos direitos educacionais.

Palavras-chave: interseccionalidade, educação, diversidades.

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1999), mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). E-mail: awuo@furb.br

² Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Foi bolsista Alfa/PET (Programa especial de Treinamento), vinculado a Capes. Mestrado em História, no qual recebeu bolsa do CNPq, e Doutorado em História, tendo recebido bolsa da Capes, (2007) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. E-mail: crrodrigues@furb.br

³ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2006), graduação em Artes Visuais pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2015), Graduação em Educação Física pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2021) Mestrado em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2019) e Doutoranda em Educação pela FURB. E-mail: dancafenix@gmail.com

⁴ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (PPGE/FURB). Licenciada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: leticiastiehlerm@gmail.com

⁵ Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (2018). Pós-graduada (latu sensu) em Educação Infantil e Anos Iniciais pela UNIASSELVI- Centro Universitário Leonardo Da Vinci Rio do Sul no ano de 2019. Mestrado em andamento em Mestrado em Educação. Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB. E-mail: Andressars14@gmail.com

Contributions of the concept of Intersectionality to the area of Education (2013-2023)

Abstract: The question that guides this article is: how is the concept of intersectionality mobilized in articles in the field of Education? The objective of this article is to achieve a state of knowledge about intersectionality in Education, perceiving in the scientific production found, the relations of gender, race, social class and disabilities through the concept of intersectionality. The methodology used is state of knowledge (Morosini, Fernandes, 2014). The survey of the 16 productions was carried out in the Scielo database. The theoretical discussion is based on the works of Kimberlé Crenshaw (2014), Patrícia Collins and Sirma Bilge (2016), Carla Akotirene (2018). The results indicate that an intersectional approach in Education is necessary to guarantee educational rights.

Keywords: intersectionality; education; diversities.

Introdução

O campo da educação, no Brasil, vem discutindo questões acerca das diversidades e da inclusão, pensando na inclusão de crianças que historicamente tiveram negado o direito a educação. Nesse sentido, políticas públicas foram aprovadas visando garantir a educação como um direito para todas as pessoas, haja vista que a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã diz, no artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza[...]” (Brasil, 1988, art. 5º).

Além disso, a Carta Magna do país, a partir da luta dos movimentos sociais, no contexto de redemocratização brasileira – nas décadas de 1970 e 1980 – assegurou a valorização do pluralismo étnico-cultural do país, assim como garantiu à todas as pessoas o direito à educação, sendo ela um dever do estado e da família, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]” (Brasil, 1988, art. 205). Esse contexto possibilitou que mais legislações fossem aprovadas, a fim de promover discussões sobre a educação brasileira. Dessa forma, em 1990 foi aprovada a Lei nº 8.069 - o Estatuto da Criança e do Adolescente - lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Dessa forma, em vista das violências sofridas por crianças e adolescentes, o documento garante o “direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de

desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (Brasil, 1990, art. 15).

Em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (Brasil, 1994, p.9). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nesse documento, a educação

abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (art. 1).

A lei ainda discute a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias, sejam elas públicas ou privadas, considerando a “diversidade étnico-racial” (art. 3, XII) e o “respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva” (art. 3, XIV).

Em 2002 a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida como língua oficial do Brasil, através da Lei nº 10.436/02, que responsabilizou o poder público pela garantia do uso e difusão dessa língua, evidencia a importância dela para as pessoas surdas. No mesmo ano, a Portaria nº 2.678/02 aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Em 2008 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como objetivo “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação [...]” (Brasil, 2008). Em 2020, a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, foi aprovada sem apoio dos movimentos sociais e com diversas críticas às alterações. Em 2023 ela foi revogada, através do decreto nº 11.370.

No que se refere à educação de pessoas negras, em 2003 foi aprovada a Lei nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas do Brasil. Essa lei sofreu alteração para incluir a obrigatoriedade da temática indígena, através da Lei nº 11.645/08. Em 2012, a Política de Cotas sociais e raciais foi aprovada, constituindo-se uma política de ação afirmativa que propõe uma reparação histórica, do estado brasileiro, que representou a inclusão de grupos desprivilegiados, egressos de escola pública, negros e indígenas, nas instituições federais, sendo esse número bastante superior ao grau de inclusão vigente nas universidades estaduais (Machado; Eurístenes & Feres Jr., 2017). Em 2023 a lei foi revisada e aprovada por mais 10 anos, incluindo os quilombolas entre os beneficiários da reserva de vagas (Brasil, 2023). Já a lei de cotas para pessoas com deficiência é de 1991 e visou a inclusão desse público no mercado de trabalho. Em 2023 a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 3318/23, que destina a pessoas com deficiência 5% das vagas de ampla concorrência em universidades e institutos federais de ensino.

Pensando nos atravessamentos que envolvem as vivências das pessoas racializadas, das pessoas com deficiência e das mulheres, nos questionamos: de que maneira o conceito de interseccionalidade é mobilizado nos artigos da área da Educação? O objetivo deste artigo consiste em realizar um estado do conhecimento sobre interseccionalidade na Educação, percebendo na produção científica encontrada, as relações de gênero, raça, classe social e deficiências através do conceito de interseccionalidade. A metodologia utilizada para a pesquisa é de estado de conhecimento que pretende realizar a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo (Morosini & Fernandes, 2014). Dessa forma, foi realizado o levantamento das produções na base de dados Scielo, no dia 27 de outubro de 2023, utilizando os descritores de busca: Interseccionalidade OR interseccionalidades OR interseccional. Os filtros utilizados foram: Coleções: Brasil; Idioma: Português; Ano de publicação: 2013-2023; SciELO Áreas Temáticas: Ciências Humanas; WoS Áreas Temáticas: Education; Tipo

de literatura: Artigo. Dessa primeira busca foram localizados 24 artigos, no entanto foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, visando manter no corpus investigativo da pesquisa os artigos produzidos na área da educação, excluindo artigos de outras áreas, como da saúde, por exemplo. Desde, 16 estão incluídos na pesquisa. Assim, para a análise dos artigos, como propõem Morosini e Fernandes (2014), serão criadas categorias analíticas, a partir dos achados do material analisado, através da leitura dos resumos e das palavras-chave. A discussão teórica está calcada no conceito de interseccionalidade, a partir das autoras Carla Akotirene (2018), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2016).

Collins e Bilge (2021, p. 299) evidenciam que as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica de formas diversas para abordar várias questões e problemas sociais. Uma análise interseccional não se restringe a uma pequena escola de análise, a nível individual, mas examina as estruturas sociais, institucionais, estatais que perpetuam as discriminações, ou seja, o conceito de interseccionalidade nos permite analisar de que maneira as políticas, práticas e estruturas contribuem para a opressão sistemática de determinados grupos. Dessa forma, destaca-se que a interseccionalidade não se limita apenas à análise de opressão; ela também considera como as identidades interligadas de uma pessoa podem enriquecer suas experiências e contribuir para que a diversidade seja respeitada e valorizada na sociedade, evidenciando a atuação dos movimentos sociais na produção de conhecimentos e saberes assim como na luta política por direitos civis. Portanto, entendemos que a interseccionalidade é um conceito crucial para entender as complexas dinâmicas de opressão e discriminação em nossa sociedade, e como essas dinâmicas reverberam na educação. Esse conceito nos fornece elementos para compreender, reconhecer as interseções das diversas formas de opressão, para que possamos agir, enquanto professores, escola, família e sociedade, no sentido de construir um mundo mais equitativo e inclusivo para as pessoas historicamente excluídas da escola regular e privadas do direito à educação.

Ao dialogarem com o pensamento freiriano, Collins e Bilge (2021, p. 4843, grifo das autoras) entendem que "os termos "opressão" e "oprimido" evocam

desigualdades interseccionais de classe, raça, etnia, idade, religião e cidadania". Em vista disso, pensar a interseccionalidade na educação, implica refletir que algumas pedagogias aprofundam ou limitam o entendimento da justiça social, sendo assim, as práticas pedagógicas podem contribuir para uma perspectiva democrática de educação (que considere as interseccionalidades a fim de promover a equidade) ou podem contribuir para uma educação bancária (Freire, 1987) que aprofunde mais as desigualdades sociais (Collins & Bilge, 2021). Ou seja, para os autores as pessoas oprimidas precisam da educação para desenvolver consciência crítica sobre a desigualdade social, bem como seu lugar dentro dela, empoderando-se pessoal e coletivamente, para que possam se opor à subordinação. Portanto, a seguir, discutiremos de que maneira interseccionalidade e educação dialogam, analisando esse diálogo nos artigos produzidos na área da Educação entre 2013 e 2023.

Estado de Conhecimento: perspectivas interseccionais na Educação

Seguindo uma abordagem metodológica do estado de conhecimento conforme delineado por Morosini, Nascimento e Nez (2021, p.73) foi conduzida uma leitura reflexiva sobre a interseccionalidade encontrada nos artigos científicos que explanam as dimensões sociais e as diversidades de experiências e desafios enfrentados na educação. A bibliografia resultou em uma análise mais aprofundada dos textos selecionados, para a organização analítica conclusiva.

O quadro a seguir apresenta os artigos científicos, que foram enumerados de A1 a A16, assim como ano, o/a autor/a, o título e as palavras-chaves.

Quadro 1: Artigos selecionados no estado do conhecimento entre 2013 e 2023 sobre interseccionalidade.

Nº	ANO	AUTOR(A)	TÍTULO
----	-----	----------	--------

A1	2014	Priscila Gomes Dornelles, Fernando Altair Pocahy	Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto! Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais.
A2	2017	Adolfo Pizzinato, Cristiano Hamann, Pedro de Castro Tedesco, Yasmine Mazzoni Jalmusny	Aspectos étnico-raciais e de gênero na inserção universitária de jovens africanas no Brasil.
A3	2018	André Vieira	Expectativas dos professores e mismatch racial na escola pública brasileira.
A4	2020	Marília Pinto de Carvalho	Interseccionalidade: um exercício teórico a partir de uma pesquisa empírica.
A5	2021	Carlos Henrique Rego Gonçalves, Carlos Alberto Figueiredo da Silva	Transidentidades para uma educação física acolhedora.
A6	2021	Marcos Cezar de Freitas, Larissa Xavier dos Santos	Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.
A7	2021	Amélia Artes, Sandra Unbehaum	As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira.
A8	2021	Ingrid Anelise Lopes, Roseli Kubo Gonzales, Rosângela Gavioli Prieto	Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação.
A9	2021	Éllen Daiana Cintra, Wivian Weller	Jovens negras no Ensino Médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo.

A10	2021	Rebeca Buzzo Feltrin, Diego Ferreira dos Santos, Lea Maria Leme Strini Velho	O papel do Ciência Sem Fronteiras na inclusão social: análise interseccional do perfil dos beneficiários do programa na Unicamp.
A11	2022	Artur Oriel Pereira	Amizade e Educação Infantil
A12	2022	Gersiney Santos, Daiane Silva Santos	Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica.
A13	2023	Katemari Rosa	Educação para as relações étnico-raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas.
A14	2023	Nilma Lino Gomes	Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual.
A15	2023	Giannina do Espírito-Santo, Alexandre Palma, Renata Veloso Vasconcelos, Monique Ribeiro de Assis, Claudia Paulich Loterio	Desigualdades interseccionais nos programas de pós-graduação stricto sensu em educação física.
A16	2023	Jader Janer Moreira Lopes, Ambika Kapoor, Sara Rodrigues Vieira de Paula	A vida especializada de bebês e crianças: legados para pensar a docência na educação infantil.

Fonte: As autoras

Os artigos analisados estão delimitados entre os anos 2013 e 2023. No ano de 2013 não constam artigos publicados. Como pode ser observado no quadro 1, em 2015, 2016 e 2019 não foram publicados nenhum artigo. Percebe-se que o ano com maior número de publicações é 2021. Além disso, ao analisar o quadro 1, é possível identificar alguns modos escritos da palavra interseccionalidade, como:

Interseccionando, interseccional e interseccionais. Porém, a escrita mais encontrada nos textos é interseccionalidades.

A partir das perspectivas de pesquisa em Educação e dos temas abordados nos artigos elaborou-se categorias de análise, a fim de facilitar a sistematização desse mapeamento e promover a discussão acerca das maneiras pelas quais o conceito de interseccionalidade é trabalhado nos artigos da área de Educação. As categorias são: a) Interseccionalidade na Educação Infantil; b) Interseccionalidade na Educação Superior; c) Interseccionalidade e Educação Física; d) Interseccionalidade, deficiências e Educação Inclusiva; e) Interseccionalidade na atuação docente; f) Interseccionalidade no Ensino Médio; g) Interseccionalidade e a produção científica em Educação.

Categoria A: Interseccionalidade na Educação Infantil pode ser um conceito frutífero para reconhecer a complexidade das identidades das crianças e a interação entre diferentes formas de discriminação e desigualdade que elas podem enfrentar. Ao considerar a interseccionalidade, os educadores buscam compreender as diversas dimensões das experiências das crianças, como gênero, raça, classe social, habilidades físicas e cognitivas, entre outras. Isso implica reconhecer que as crianças não são homogêneas em suas experiências e que a interseção de diferentes identidades pode moldar suas vivências na escola. O artigo [A11] pretende apresentar o rompimento da ideia de infância única por meio de análise das relações raciais, de gênero, de classe e de idade que perpassam as experiências sociais das crianças. O artigo [A16] analisou sob o prisma da interseccionalidade três situações envolvendo as relações de algumas crianças com seus espaços de vivências. A primeira narrativa se espacializa na Comunidade Quilombola Colônia do Paiol, Minas Gerais, Brasil. Nossa segunda narrativa acontece em uma residência urbana no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. O terceiro relato ocorre em uma comunidade indígena em uma aldeia em Chhattisgarh, Índia. A partir das relações entre gênero, raça, classe social e casta em diferentes espaços discutimos as experiências de interseccionalidade e como essa análise é importante para auxiliar nas discussões

educacionais, pois ajudam a compreender as identidades fluidas e múltiplas das crianças nos diferentes.

Os artigos que compõem a Categoria B - Interseccionalidade na Educação Superior – entendem que a interseccionalidade desempenha um papel crucial na compreensão das dinâmicas presentes na educação superior. No contexto acadêmico, os estudantes trazem consigo uma multiplicidade de identidades, como gênero, raça, classe social, orientação sexual e habilidades, que se entrelaçam de maneiras complexas. Ao adotar uma abordagem interseccional, as instituições de ensino superior buscam reconhecer e enfrentar as barreiras que impedem o acesso e a permanência de determinados grupos nos cursos de graduação e pós-graduação.

O [A2] compreende que a interseccionalidade não é um somatório de operadores de dominação — ou simplesmente o reconhecimento de sistemas opressivos que operam a partir das noções de gênero, etnia/raça, idade, classe, sexualidade, etc. —, mas um conceito que questiona a hierarquização destes eixos relacionados aos sistemas assimétricos de poder. A perspectiva da leitura interseccional permite, desta forma, identificar as particularidades e as tensões a que são submetidos determinados grupos, bem como compreender a pluralidade dos agenciamentos discursivos que dão ensejo para categorizações sociais. Já o [A10] apresenta um software denominado AIP -Análise Interseccional de Perfil. Ele foi desenvolvido em Java e tem a finalidade de operacionalizar os marcadores sociais da diferença de forma interseccional, ou seja, busca ampliar a visão sobre as desigualdades sociais e como operam as diferentes formas de exclusão, fugindo da visão simplista focada em apenas uma única categoria, variável ou dimensão, como sexo, cor/raça ou classe social. Esse software foi utilizado para fazer a análise interseccional do perfil dos beneficiários do programa Ciência Sem Fronteiras na Unicamp. Por sua vez, o [A15] fez uma análise ampla sobre as desigualdades e a sobreposição de opressões existentes em na pós-graduação stricto sensu em educação física. Sendo assim, esse estudo identificou que tem sido negado às mulheres e aos negros o acesso à docência em cursos de pós-graduação stricto sensu em educação física, a situação da mulher negra, afetada pela interseccionalidade, é

de ainda maior exclusão. De todos os docentes investigados, menos de um por cento era de mulheres negras.

A Categoria C - Interseccionalidade e Educação Física - perpassa a atuação dos profissionais de Educação Física que adotam abordagens inclusivas que consideram as diversas experiências e necessidades dos estudantes, pautados na perspectiva interseccional, proporcionam programas de exercícios acessíveis e inclusivos, assim como abordagens pedagógicas que levem em conta as diferentes realidades dos estudantes. O [A1] propõe desde o recorte de um campo relacionado a práticas educativas, operações analíticas em movimentos de interseccionalidade com gênero e sexualidade como condições políticas e epistemológicas para consubstanciar relações sociais/institucionais e culturais, tanto em suas formas de dominação quanto nas possibilidades de experimentação e de produção de novos modos de vida em seus arranjos éticos, estéticos e políticos, a partir da noção de lugar e de regionalidade, pensando o interior do estado da Bahia. Enquanto o [A5], influenciado pelos estudos queer e pela interseccionalidade, busca tornar mais criterioso o olhar docente sobre a natureza interseccional e política das próprias identidades, reconhecendo que não faz sentido supor que identidades entre sujeitos classificados em categorias idênticas sejam iguais. Como aponta Crenshaw (1991), as políticas identitárias não negligenciam o reconhecimento das diferenças, mas, antes, desconsideram ou desmerecem as diferenças existentes dentro do próprio grupo. A Educação Física não pode negar a existência dessa multiplicidade de opressão que opera de forma interseccionalizada; ou mesmo limitar a discussão a rodas de conversas que demonstram ser insuficientes na eliminação dessas hierarquizações. É preciso ir além, encarar que todo é uma identidade em transição com vivências particulares, ou seja, uma “TRANSidentidade”.

Os artigos que compõem a Categoria D - Interseccionalidade, deficiências e Educação Inclusiva - pensam as deficiências e educação inclusiva, a partir do conceito de interseccionalidade, se revela essencial para compreender as experiências únicas dos estudantes com diferentes habilidades. Reconhecer a interseccionalidade nesse contexto significa compreender que as deficiências não existem isoladamente, mas

estão interligadas com outras identidades, como gênero, raça, classe social e orientação sexual. Ao abordar a inclusão na educação, é crucial considerar não apenas as adaptações físicas e pedagógicas necessárias, mas também os múltiplos atravessamentos que perpassam as vivências e experiências de cada estudante. O [A6] afirma que a Educação inclusiva toma por ponto de partida que deficiência se intersecciona com as dimensões de gênero, raça, etnia e classe social e, como em um caleidoscópio, mostra-se com diversificada combinação de formas (Ministério da Educação, 2008). Apreender situações em que determinados atores “sentem na pele” os efeitos das assimetrias a que estão sujeitos exige contínuos esforços etnográficos para levar a efeito abordagens que considerem a pesquisa com esses critérios de observação e análise. Por isso, perspectivas interseccionais acrescentam uma dimensão de pesquisa com a qual as chamadas dificuldades da inclusão se deixam ver, se desvelam. Epistemologicamente, a abordagem interseccional permite compreender a identidade que se consubstancia com gênero, raça, classe social, plasmando um corpo concreto, histórico, assim configurado. Configuração que Hirata (2014, p. 66) denominou “interseccionalidade de geometria variável”, o que é bastante adequado para perceber deficiências para além dos marcadores biomédicos que as acompanham. O [A8] tomou como referência a contribuição de estudos interseccionais (CRENSHAW, 2002; CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2016) para a compreensão mais acurada das articulações entre alguns eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002), comumente convertidos em desigualdades, a exemplo de sexo e raça, atributos que também constituem as condições de vida das pessoas com deficiência. Considerando esse panorama, apoiaram-se em estudos sobre interseccionalidade para a análise de indicadores sociais relacionados às pessoas classificadas na categoria Deficiência Intelectual (DI). Assim, ainda que sejam limitados, tais dados podem revelar e colaborar para a compreensão de fatores interseccionais que marcam a condição de vida dessas pessoas, permitindo a identificação de diferentes eixos de subordinação, o que é fundamental para a discussão de políticas públicas, entre elas, a de educação, considerando que as

informações sobre a escolarização da população do país são indicações de possíveis enfrentamentos de desigualdades econômicas, sociais e culturais.

A Categoria E - Interseccionalidade na atuação docente – traz dois artigos que pensam a articulações das identidades docente nas práticas pedagógicas. Os professores, ao adotarem uma abordagem interseccional, reconhecem que as identidades são multifacetadas, resultando da interação complexa de diferentes aspectos, como gênero, raça, classe social, orientação sexual e habilidades. Compreender essa interconexão é essencial para criar ambientes educacionais que atendam às necessidades específicas de cada estudante, e que também, articulam as identidades docentes. O [A3] examina em que medida as similaridades ou discrepâncias raciais entre professores e alunos nas turmas das escolas públicas brasileiras influenciam as expectativas docentes. Adicionalmente, são analisadas a ocorrência de diferenciais de gênero nas expectativas e a interseccionalidade com as diferenças raciais. Já o [A4] realiza a exposição do uso do conceito de gênero e de sua articulação com a estrutura de classe, em uma pesquisa empírica qualitativa sobre o trabalho docente nos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual de São Paulo, no ano de 2018, sugerindo que alguns temas ligados à educação escolar poderiam se enriquecer se analisados com base em uma abordagem interseccional desse tipo. Dessa forma, esse artigo contribui para pensar a interseccionalidade como um exercício teórico no campo da Educação.

A categoria F - Interseccionalidade no Ensino Médio - pensa o ambiente diversificado do ensino médio, os adolescentes trazem consigo diversas experiências relacionadas a gênero, raça, classe social, sexualidade e habilidades, que se entrelaçam de maneiras únicas. Professores que reconhecem essas interseccionalidades e buscam criar um ambiente educacional que seja sensível a essas diferenças, promovendo a equidade e a inclusão. Isso pode envolver a adaptação de currículos para abordar questões interseccionais, a promoção de diálogos inclusivos garantindo que cada estudante tenha oportunidades equânimes de ensino e aprendizagem, haja vista os sistemas de opressão que atravessam esses sujeitos. O [A7], visando a contribuir para a análise acerca das desigualdades de

gênero e de raça na educação, analisa dados sobre a participação dos jovens (demarcados pela interseccionalidade do sexo e cor/raça) no ensino superior brasileiro e a influência do ensino médio nessa trajetória escolar. Um elemento também importante nessa caracterização é a possibilidade de uma análise interseccional dos marcadores de sexo e cor/raça. Adotar uma perspectiva interseccional contribui para orientar a leitura desses dados. Os estudantes não são apenas homens ou mulheres, ou brancos ou negros, amarelos e indígenas, pobres ou ricos, são simultaneamente a sobreposição de várias dessas características, que se entrelaçam e influenciam, gerando diferentes possibilidades de percursos escolares e trajetórias profissionais. O [A9] selecionou nos diferentes grupos de discussão (GDs) temáticas e passagens que permitiram compreender, a partir de análise comparativa e interseccional, como jovens negras de classes sociais diferentes vivenciavam de forma semelhante o racismo e a discriminação, dentro e fora da escola. Interessa que a observação e vivências dessas cenas por jovens negras fala sobre os estereótipos e intersecções que regulam a imagem e sobre a posição silenciada, subalterna ou violenta a que foram relegadas na hierarquia social e nas relações descritas nas histórias.

A Categoria G - Interseccionalidade e a produção científica em Educação - Ao adotar uma abordagem interseccional, os pesquisadores reconhecem que as variáveis sociais, como gênero, raça, classe social e outras, interagem de maneiras complexas no contexto educacional. Isso implica em analisar as políticas, práticas pedagógicas e estruturas institucionais levando em consideração as intersecções das identidades dos envolvidos. A interseccionalidade na produção científica em Educação contribui para a identificação de desigualdades sistêmicas e para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e inclusivas. O [A12] propõe a construção teórico-reflexiva, a reexistência, projetada para a ação transformacional no mundo de maneira efetiva, recebe da interseccionalidade um complemento importante para ser levada a cabo, uma vez que aquela teoria nasce da luta, das experiências modeladas pela repetição da estrutura colonialista. O trabalho crítico, interseccional, pela educação e com os textos do mundo abre, pois, caminhos alternativos e pode

nos apresentar recomeços de histórias, além de, claro, fomentar e consolidar resistências. É sobre isso também que a AC (Aquilombagem crítica) está à disposição. O [A13] entende que a Educação das Relações étnico Raciais (ERER) e a educação antirracista em ciências têm o papel crucial buscar os princípios de vida e de inclusão, pela mediação dos conflitos étnico-raciais em suas múltiplas intersecções (raça, gênero, classe, origem geográfica, geração, entre outros). Os caminhos metodológicos e epistemológicos abarcados pela Teoria Crítica de Raça (TCR) são expressos no princípio que considera a intercentricidade de raça e racismo (e suas interseccionalidades). O [A14] entende que classe, raça, gênero, diversidade sexual, religiosidades, idades, entre outros são constituintes da realidade social e pedagógica na qual toda e qualquer prática educativa é realizada. Educar é mais do que ensinar e aprender e do que dominar metodologias. Consiste em um campo denso e, para que aconteça de forma emancipatória, precisa realizar-se articuladamente à justiça social.

Os artigos mobilizaram conceito de interseccionalidade de formas semelhantes, ao analisarem as formas pelas quais as opressões e discriminações ocorrem e implicam na Educação, em seus diferentes níveis e modalidades. Para tanto, pesquisaram diferentes sujeitos em lugares diversos, evidenciando a multiplicidade de formas e abordagens que o conceito de Interseccionalidade oferece para pensarmos a educação. Nesse sentido, é importante destacar os autores que embasam as pesquisas que trabalham com a interseccionalidade.

Considerações Finais

Fica evidente, nas leituras realizadas, que a promoção da equidade e dos direitos educacionais requer uma abordagem sensível às interseções de gênero, raça, classe social e deficiências no contexto da Educação. Reconhecer e lidar com essas interações complexas é essencial para criar um ambiente educacional inclusivo, que respeite e valorize as diferenças.

No percurso investigativo em torno da interseccionalidade na área da Educação, os artigos foram inspirados por teóricas feministas e teóricos do campo das relações gênero, tanto estadunidenses, afro-americanos, como franceses e brasileiros abordando a interseccionalidade como uma ferramenta-conceito para compreender como elementos específicos que atravessam as posições assumidas pelos sujeitos em termos de classe, gênero, sexualidade e raça. Propuseram análises interseccionais, destacando gênero, raça, sexualidade e deficiências como condições políticas e epistemológicas, para explorar tanto as formas de dominação quanto às possibilidades de experimentação e produção de novas maneiras de se pensar a Educação.

Ao analisar a interseccionalidade, derivada das tensões do feminismo negro, destacamos a importância desse conceito para a compreensão integrada de questões sociais. Nesse sentido, operacionalizar esse conceito nas pesquisas em Educação não se limita à soma de operadores de dominação, mas questiona a hierarquização desses eixos de poder. No contexto brasileiro, observamos uma compreensão predominante da interseccionalidade como a articulação entre gênero e raça, influenciada pela tradição norte-americana. Entendemos que a análise interseccional é crucial para desvelar as complexas dinâmicas de poder que permeiam questões de classe, raça e gênero na educação e na sociedade.

Além disso, a metodologia desenvolvida nas pesquisas incorpora a interseccionalidade para análises mais acuradas. O software AIP exemplifica essa abordagem, operacionalizando os marcadores sociais de forma interseccional, visando compreender as desigualdades sociais de maneira mais complexa e abrangente. Essa perspectiva é estendida à análise de indicadores sociais relacionados às pessoas com deficiência, considerando suas interseções com sexo, raça e classe social.

A interseccionalidade é aplicada em diversas áreas, desde a educação inclusiva. Educação infantil até a análise das desigualdades de gênero e raça na Educação superior brasileiro. A abordagem interseccional revela as sobreposições de opressões e oferece elementos cruciais para a compreensão das experiências de

diferentes grupos sociais. A análise interseccional também se mostra essencial para compreender as experiências de jovens negras, evidenciando as intersecções que regulam suas imagens e posições na hierarquia social e na educação.

Por fim, a análise interseccional é fundamental para a construção teórico-reflexiva e ação transformacional. Na educação, a interseccionalidade desempenha um papel crucial na compreensão das interações entre diferentes formas de opressão, como raça, gênero, classe pensando as formas pelas quais a interseccionalidade implica na constituição dos sujeitos.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen, 2019.

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/Gdzt7NqL7ncDdBfGH9KLWZD/?lang=pt#> Acesso em: 2 maio. 2024.

CARVALHO, Marília Pinto de. Interseccionalidade: um exercício teórico a partir de uma pesquisa empírica. Cadernos de Pesquisa, v. 50, n. 176, abr.-jun. 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/wGNGd5vGxL9jNDMvTn4wkdH/?lang=pt#> Acesso em: 2 maio. 2024.

CINTRA, Éllen Daiane; WELLER, Wivian. Jovens negras no Ensino Médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo.

Educar em Revista, [S.l.], nov. 2021. ISSN 1984-0411. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/76051/45104> Acesso em: 2 maio 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (Org.). Reflexões e práticas de transformação feminista, p. 98. São Paulo: SOF, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. Annual Review, Volume 41, p. 1-20, agosto de 2015. Disponível em:

<https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-soc-073014-112142> Acesso em: 2 maio. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Dossiê "Comunicação e Desigualdades", v. 5, n. 1, 9ª Edição: Revista Parágrafo, Janeiro-Junho de 2017. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559> Acesso em: 2 maio. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro. Tradução de J. P. Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, pp. 139-170. Belo Horizonte, 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Intersectionality. Cambridge, UK; Maden, MA: Polity Press, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, iss. 1, Artigo 8. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> Acesso em: 2 maio. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039?origin=crossref> Acesso em: 2 maio. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: CRUZAMENTO: raça e gênero. Brasília, DF: Unifem, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 2 maio. 2024.

DALLAPICULA, Caroline; ANTONIO TORRES, Marcos; GOMES DE OLIVEIRA, Maria Regina; CARDOZO ROCON, Patricia. Interseccionalizando em educação:

lutas sociais e direito à diferença. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 4, n. 13, p. 23–32, 2023. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12727> Acesso em: 2 maio. 2024.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de H. R. C. Boitempo, 2016.

DORNELLES, Priscila Gomes; POCAHY, Fernando Altair. "Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto!" Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais. Dossiê: Gênero, Sexualidade e Educação: Feminismos, Pós-Estruturalismo e Teoria Queer. Educação e Revista, n. spe-1, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/TCFPrHZmyXZRTtztcdQGWFB/?lang=pt#> Acesso em: 2 maio. 2024.

ESPÍRITO-SANTO, Giannina do; PALMA, Alexandre; VASCONCELOS, Renata Veloso; ASSIS, Monique Ribeiro de; LOTERIO, Claudia Paulich. Desigualdades interseccionais nos programas de pós-graduação stricto sensu em educação física. Educação e Pesquisa, v. 49, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/cj86qYcCBBmJ9zKkqw5ykmq/?lang=pt#> Acesso em: 2 maio. 2024.

FELTRIN, Rebeca Buzzo; SANTOS, Diego Ferreira dos; VELHO, Lea Maria Leme Strini. O papel do Ciência Sem Fronteiras na inclusão social: análise interseccional do perfil dos beneficiários do programa na Unicamp. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4665> Acesso em: 2 maio. 2024.

FERREIRA, Gildete; CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. SER Social, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 93–116, 2013. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036 Acesso em: 2 maio. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, Marcos Cezar de; SANTOS, Larissa Xavier dos. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Cadernos de Pesquisa, v. 51, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/644x3dWqRP5ydLJ94BPHc5C/?lang=pt#> Acesso em: 2 maio. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero e diversidade sexual. Educação & Sociedade, v. 44, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYsM/?lang=pt#> Acesso em: 2 maio. 2024.

GONÇALVES, Carlos. Henrique Rego; SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. TRANSIDENTIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO FÍSICA ACOLHEDORA. Movimento, [S. l.], v. 27, p. e27077, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/116297> Acesso em: 2 maio. 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, v. 26, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNlNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/#> Acesso em: 2 maio. 2024.

JAUNAIT, Alexandre; CHAUVIN, Sébastien. Représenter l'intersection: les théories de l'intersectionnalité à l'épreuve des sciences sociales. Revue Française de Science Politique, v. 62, n. 1, p. 5-20, 2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2012-1-page-5.htm?ref=doi> Acesso em: 2 maio. 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Editora UFPR n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 2 maio. 2024.

LOPES, Ingrid Anelise; GONZALEZ, Roseli Kubo; PRIETO, Rosângela Gavioli. Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YvC7QTRwm3WXpjQZTzHySZF/?lang=pt> Acesso em: 2 maio. 2024.

LOPES, Jader Janer Moreira; KAPOOR, Ambika; PAULA, Sara Rodrigues Vieira de. A vida espacializada de bebês e crianças: legados para pensar a docência na educação infantil. In: Docência na educação infantil: das políticas curriculares às práticas pedagógicas. Cadernos CEDES, v. 43, n. 119, jan.-abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/hr8zmFDnmYCHgmgwPSt4fPf/?lang=pt> Acesso em: 2 maio. 2024.

LOPES, Saskya Miranda. Interseccionalidade de raça e gênero nas escolas brasileiras e os projetos de lei silenciadores. MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 149–162, 2018. Disponível em:

<https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2018-v2-n2-p149-162> Acesso em: 2 maio. 2024.

MARTINS, Ícaro Amorim. "Se eu não sou negra, eu sou o quê?" Da importância de discutirmos discriminação racial, interseccionalidade e empoderamento em sala de aula. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 113 p. 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572646> Acesso em: 2 maio 2024.

MCCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality. Signs, Chicago, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/426800> Acesso em: 2 maio. 2024.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. Revista Humanidades e Inovação, v. 8, n. 55, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946> Acesso em: 2 maio. 2024.

NASH, Jennifer C. "Home Truths" on Intersectionality. Yale Journal of Law and Feminism, New Haven, v. 23, n. 2, 2011. Disponível em: https://openyls.law.yale.edu/bitstream/handle/20.500.13051/7040/12_23YaleJL_Feminism445_2011_.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em: 2 maio. 2024.

PEREIRA, Artur Oriel. Amizade e Educação Infantil. Pro-Posições, Campinas, v. 33, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/ZWjTsHp7gBNsGQTWqmSbNRt/?lang=pt> Acesso em: 2 maio. 2024.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247> Acesso em: 2 maio. 2024.

PIZZINATO, Adolfo; HAMANN, Cristiano; TEDESCO, Pedro de Castro; JALMUSNY, Yasmine Mazzoni. Aspectos étnico-raciais e de gênero na inserção universitária de jovens africanas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 70, p. jul.-set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/MjJgypcqBDMxSgPCZVNpnwx/?lang=pt> Acesso em: 2 maio. 2024.

POCAHY, Fernando Altair. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. Revista Textura, n. 23, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984/766>. Acesso em: 2 maio. 2024.



Criar Educação, Criciúma, v. 14, nº2, jul/dez 2025.– PPG – UNESC – ISSN 2317-2452

SANTOS, Gersiney; SANTOS, Daiane Silva. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yJFXMzsFvWtG7rqWvtZRrWF/?lang=pt>. Acesso em: 2 maio. 2024.

VIEIRA, André. Expectativas dos professores e mismatch racial na escola pública brasileira. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 168 p, abr.-jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/GCx37JvQCQ6VXvNWRNnH95v/?lang=pt>. Acesso em: 2 maio. 2024.

ZANELLA, Maria Nilvane.; LARA, Angela Mara De Barros. Título do artigo. Revista Angelus Novus, São Paulo, v. VI, n. 10, p. 105-128, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123947/120180>. Acesso em: 2 maio. 2024.

Recebido em março de 2024

Aprovado em setembro de 2024.